



Raúfo Ismael Irá

39º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Raúfo Irá diz que ouviu falar da criação da ProIndicus na reunião realizada no Ministério de Defesa Nacional a 21 de Dezembro de 2012

- Quinto declarante a ser ouvido pelo tribunal, Raúfo Ismael Irá é oficial sénior dos serviços secretos desde 1978. Foi nessa qualidade que o declarante foi indicado para ser director-geral da GIPS, uma empresa pertencente aos Serviços Sociais dos membros do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE). Mais tarde passou a ser administrador não executivo da empresa, quando seu colega do SISE Lucas Ponderane (declarante) foi indicado para assumir as funções de director executivo da GIPS.



Raúfo Ismael Irá

Raúfo Ismael Irá explicou que a empresa GIPS surgiu da necessidade de garantir sustentabilidade aos Serviços Sociais dos membros do SISE, uma vez que pela quotização dos seus membros tal não seria possível. “Era necessário garantir receitas para a sustentabilidade da empresa. E foi assim que a GIPS foi criada em 2011”. O declarante fez notar que, na altura, os Serviços Sociais não tinham dinheiro para realizar o capital social da GIPS, tendo o então Director-geral do SISE, Gregório Leão, disponibilizado o equivalente a 10 mil dólares. Além de gerar receitas para a sustentabilidade dos Serviços Sociais, a GIPS também tinha de dar suporte financeiro ao próprio SISE.

No dia 21 de Dezembro de 2012, a GIPS subscreveu o capital social da ProIndicus na ordem de 50% para participar na implementação do projecto de monitoria e protecção da Zona Económica e Exclusiva. E a seguir assinou os contratos de financiamento e de fornecimento de bens e serviços à ProIndicus. Além da ProIndicus, EMATUM e MAM, a GIPS tem participação na Sociedade Moçambicana de Explosivos (SOMEX), empresa vocacionada no fabrico de objectos pirotécnicos e munições, e na Maputo Shipyard e Pemba Shipyard. A SOMEX também é participada pela Monte Binga, empresa tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional, e pela Dalo Construções, tutelada pelo Ministério do Interior.

O declarante referiu-se ainda a duas empresas de prestação de serviços detidas na sua totalidade pela GIPS, sendo uma de *catering* – Esquina de Sabores, e outra vocacionada em limpezas – Muline. “Quando eu sai da GIPS em 2018, essas eram as empresas parti-

cipadas pela GIPS e que estavam a funcionar”. A representante do Ministério Público confrontou o declarante com outras empresas participadas pela GIPS. Raúfo Ismael Irá reconheceu algumas empresas e outras não. “Para a criação de algumas empresas, o director executivo da GIPS coordenava directamente com o Director-geral do SISE. Por isso, não tenho conhecimento de algumas empresas”.

Perguntado a quem os Serviços Sociais de membros do SISE prestavam contas, o declarante respondeu que reportavam à respectiva assembleia-geral e, simultaneamente, ao Director-geral do SISE. “Os Serviços Sociais deviam receber um subsídio do Orçamento de Estado, mas devido às dificuldades financeiras nunca beneficiaram de forma regular”. Perguntado se os Serviços Sociais faziam contribuição ao Orçamento de Estado, Raúfo Irá respondeu negativamente. “Os Serviços Sociais dos membros do SISE é que precisam do apoio do Estado e não o contrário”.

Tendo presente que a GIPS é uma sociedade comercial constituída sob forma de empresa privada e que subscreveu capitais sociais em outras sociedades comerciais também constituídas sob forma privada, como a ProIndicus, EMATUM e MAM, o Ministério Público questionou de que modo estava garantido que os dividendos que a GIPS receberia daquelas empresas seriam canalizados ao Estado. Em resposta, Raúfo Ismael Irá disse que nada obrigava a GIPS a canalizar os seus dividendos para o Estado. Aliás, o declarante afirmou que não há nenhum envolvimento do Estado na GIPS que justifique a partilha de dividendos.

O Ministério Público insistiu na pergunta referente à garantia de que os dividendos das

três empresas que receberam dinheiro das “dívidas ocultas” beneficiariam ao Estado, e o declarante respondeu que se a ProIndicus, EMATUM e MAM tivessem tido receitas e lucros, os dividendos resultantes da participação da GIPS iriam parar nos Serviços Sociais, depois do pagamento dos empréstimos. Perante a insistência, o declarante reagiu com uma pergunta retórica: “O que obrigaria a GIPS a canalizar os seus dividendos para o Estado?”

Sobre o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva, Raúfo Ismael Irá disse que ouviu falar do mesmo pela primeira vez no dia 21 de Dezembro de 2012, na reunião que decorreu no Ministério da Defesa Nacional. “Não tive nenhum papel na concepção do projecto”. E foi na mesma data em que o declarante disse ter tomado conhecimento da instrução para a constituição da ProIndicus.

Mas consta dos autos que no dia 20 de Dezembro de 2012, Raúfo Ismael Irá e Joia Haquirene participaram de uma sessão extraordinária da assembleia-geral da GIPS onde deliberaram pela participação desta empresa no capital social da ProIndicus. “Houve falha na data da deliberação. A sessão extraordinária da assembleia-geral realizou-se no dia 21 de Dezembro e não no dia 20. Foi uma falha na redacção da acta em termos de data”. Perguntado se sabia dizer a instituição que o reu Teófilo Nhangumele representava na reunião do dia 21 de Dezembro de 2012 no Ministério da Defesa Nacional, o declarante respondeu negativamente. À pergunta se na qualidade de representante da GIPS na ProIndicus teria feito um trabalho para aferir até que ponto o projecto da empresa era viável, a resposta foi não.

Declarante diz que não teve tempo para analisar o contrato de fornecimento e teve conforto das pessoas que o instruíram para assinar

O declarante disse ainda que não analisou o contrato de fornecimento celebrado em Fevereiro de 2013, pois recebeu o documento no momento de assinatura. “Dias antes da assinatura do contrato, recebi um email de António Carlos do Rosário informando como seria o projecto da ProIndicus”.

Além de ter solicitado a versão portuguesa do contrato, o declarante disse que procurou se informar melhor junto do reu António Carlos do Rosário e Director-geral do SISE, mas a partir do momento em que lhe disseram que era na sequência da reunião havida no Ministério da Defesa Nacional, no dia 21 de Dezembro de 2012, mesmo que tivesse alguma reserva não tinha poderes para regredir o processo, se na cumprir a missão. “Tive o conforto das pessoas que me instruíram a assinar o contrato”. Raúfo Ismael Irá assinou o contrato de fornecimento da ProIndicus na qualidade de PCA da empresa, antes mesmo da constituição dos órgãos sociais. “Não houve nenhuma deliberação da assembleia-geral, mas eu estava a representar a vontade dos accionistas da ProIndicus”.

O declarante disse que da leitura que fez do contrato de fornecimento da ProIndicus, entendeu que o mesmo visava a aquisição de equipamento para a protecção da Zona Económica Exclusiva e, além da componente de segurança, tinha a comercial. Confrontado com dados da Kroll que indicam que o contrato de fornecimento da ProIndicus tinha preços empolados, Raúfo Ismael Irá respondeu que não tinha nenhuma explicação sobre o assunto, alegando que não participou das negociações do referido contrato.

Sobre o Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP), o declarante disse que começou a ouvir falar do projecto em finais de 2013, quando estava a ser preparada a publicação do respectivo decreto no Conselho de Ministros. À pergunta se sabia que o SIMP previa a captura do atum e manutenção e reparação de embarcações, respondeu negativamente. “Só sei que a motivação para a constituição da MAM era de garantir a manutenção e reparação dos equipamentos da ProIndicus e EMATUM. A medida visava evitar a exposição os meios, segundo explicação dada por António Carlos do Rosário”.

Perguntado com que fundamento o declarante e o senhor Lucas Ponderane chegaram à decisão de subscrever o capital social da EMATUM, respondeu dizendo que fizeram tudo em seguimento de orientações superiores. “Recebemos orientações de António Carlos do Rosário e essa orientação foi confirmada pelo Director-geral do SISE. Ouvi falar da EMATUM dias antes da celebração da escritura. Os accionistas da EMATUM não se reuniram antes da constituição da empresa para discutir os termos da mesma”. Tal como aconteceu no caso da ProIndicus, o declarante não participou do estudo de viabilidade da EMATUM, nem realizou trabalho algum para apurar se a empresa era viável ou não.

À pergunta se no âmbito da criação da EMATUM tomou conhecimento de que a empresa estava ligada à Defesa e Segurança do Estado, o declarante respondeu nos seguintes termos: “Foi-me dito por António Carlos do Rosário que a EMATUM perseguia

o mesmo objecto da ProIndicus. Ele não deu muitos detalhes”. Se teria constatado alguns aspectos práticos que indicavam que a EMATUM era uma empresa ligada à Defesa e Segurança de Estado, o declarante disse que não teve contacto directo com os meios. Disse ainda que na sua qualidade de representante da GIPS, um dos accionistas da EMATUM, não teve contacto com os contratos de fornecimento e de financiamento da empresa. “Acompanhei algumas dificuldades enfrentadas pela empresa”.

Convidado a explicar como é que surgiu a ideia de a GIPS subscrever 98% do capital social da MAM, respondeu nos seguintes termos: “Foi assim decidido superiormente pela pessoa de António Carlos do Rosário em coordenação com o Director-geral do SISE”. O declarante não participou dos preparativos para a constituição da MAM e disse que ouviu falar da empresa poucos dias antes da sua criação. À semelhança do que aconteceu na criação da EMATUM, os accionistas da MAM não reuniram antes da constituição da empresa para discutir e definir os seus termos. Tendo presente o objecto social da MAM, o Ministério Público perguntou como assegurar que a empresa estava ligada à Defesa e Segurança do Estado, ao que o reu explicou que o pressuposto assumido foi que iria garantir a manutenção de embarcações de segurança, concretamente da ProIndicus e parte da EMATUM. Sobre a participação da GIPS na MAM como accionista maioritário, Raúfo Ismael Ira disse que foi assim determinado por António Carlos do Rosário, em seguimento de orientações superiores.

Administradores da MAM recebiam 240 mil meticais/mês pagos com o dinheiro transferido pelo grupo Privinvest

O declarante confirmou que a MAM recebeu um milhão de dólares transferidos pelo grupo Privinvest em Julho de 2014. “Nós tivemos dificuldades de registar contabilisticamente este valor porque não estava claro, quer no contrato de fornecimento quer no contrato de financiamento. Eu pensei que o valor fizesse parte dos 535 milhões de dólares do empréstimo da MAM”.

Meses depois da criação da MAM, o capital social da empresa não tinha sido realizado e isso criou dificuldades para implantar a empresa bem como para iniciar com as activida-

des. “Reportei isso ao PCA António Carlos do Rosário e ele instruiu-nos que abrissemos uma conta em dólares para a recepção de um valor que servisse para a implantação e funcionamento da MAM. Neste momento não me lembro dos documentos que submetemos ao banco para justificar a recepção do valor”.

Segundo explicação do declarante, o valor foi usado para o arrendamento e adequação do edifício para a sede da MAM, compra de mobiliário, compra de material informático, compra de duas viaturas (uma para trabalhos na sede da MAM e outra para a base naval de

Pemba), despesas correntes, incluindo o pagamento de salários. “Como administradores da MAM, eu e os meus colegas tínhamos direito a viaturas de afectação pessoal. Mas abdicamos para dar prioridade à implantação da empresa. Como administrador da MAM recebia um salário líquido de cerca de 240 mil meticais. Começamos com salários mais baixos, um pouco acima de 100 mil meticais. Enquanto houve dinheiro, todos os trabalhadores da MAM receberam salários. Terminei o meu mandato com alguns salários por receber porque a empresa já não tinha dinheiro”.

A MAM não gerou receita significativa. Foram constituídas duas empresas pertencentes à MAM, nomeadamente a Maputo Shipyard e a Pemba Shipyard. “A Maputo Shipyard funciona em pleno, está a gerar receitas e empresa cerca de 70 trabalhadores. Não tenho domínio da situação actual da Pemba Shipyard”. Aponta como principal dificuldade enfrentada pela MAM a falta de disponibilização do espaço junto ao Porto de Pemba para a construção de um estaleiro de raiz, conforme previsto no contrato de fornecimento. “Essa foi a grande dificuldade. Se isso tivesse

acontecido, neste momento a MAM estaria a gerar receitas. O espaço não foi disponibilizado e fui informado de que foi feito um trabalho de adequação na Base Naval de Pemba e de reabilitação e apetrechamento da Escola Naval de Pemba”.

Outro problema foi ao nível do estaleiro de Maputo. “Embora em 2013 tenha havido um despacho conjunto dos Ministros da Economia e Finanças, Transportes e Comunicações e do Director-geral do SISE que determinava a cedência de exploração do estaleiro ao SISE que, por sua vez, devia ceder à MAM para a

sua exploração, só foi disponibilizado em finais de 2016. A ideia era que o estaleiro fosse cedido ao SISE antes da chegada dos meios da MAM, em Fevereiro de 2015. Como o estaleiro não estava disponível, o equipamento ficou armazenado no Porto de Maputo”. O estaleiro estava concessionado pelo Estado à SOMONAV. A demora na cedência do estaleiro obrigou à prorrogação do contrato com o grupo Privinvest por três meses. Trata-se do estaleiro actualmente operado pela Maputo Shipyard, empresa que está a garantir a manutenção dos barcos do Estado e de privados.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autora: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

